## COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

Balanços patrimoniais em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais)				
	2020	2019		
Ativo circulante	26	59		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do				
resultado (Nota 5)	18	50		
Impostos a compensar (Nota 6)	8	9		
Total do ativo	26	59		
Passivo circulante	99	232		
Fornecedores (Nota 7)		49		
Obrigações tributárias (Nota 8)	27	42		
Obrigações trabalhistas (Nota 9)	72	141		
Não circulante	3	11		
Outras obrigações (Nota 10)	3	11		
Patrimônio líquido (Nota 13)	(76)	(184)		
Capital social	6.265	5.265		
Prejuízos acumulados	(6.341)	(5.449)		

Total do passivo e do patrimônio líquido Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31/12/2020 (Valores expressos em milhares de reais) 1. Contexto operacional: A Companhia Carioca de Securitização ("Companhia") é uma sociedade por ações controlada pelo Município do Rio de Janeiro ("Município"), autorizada pela Lei Municipal nº 5.546, de 27/12/2012, e constituída pelo Decreto Municipal nº 40.198, de 08/07/2015, vinculada à Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro. O seu objeto social consiste na aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município, originários de créditos vencidos, de natureza tributária e não tributária, inscritos ou não em dívida ativa, obieto de parcelamento ou não, e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capi-tais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. A Companhia teve seu pedido de registro junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") deferido em 27/06/2016, sob o código 23949, como Emissora de Valores Mobiliários na Categoria B, na forma da Instrução nº 480/2009, prestando regularmente todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria. A Companhia, manteve-se pré-operacional desde sua constituição, em virtude de eventos externos e independentes de seu desempenho, que impactaram a execução do seu objeto social, tardando o bom andamento e implemento de suas operações; por decorrência, a Companhia vem recebendo aportes financeiros de seus acionistas para que possa honrar seus compromissos de curto prazo. Visando superar os problemas externos que impactaram o andamento da Securitização, a Companhia passou a se dedicar em múltiplas frentes para modernizar as ferramentas e a legislação em âmbito municipal para viabilizar a captação de recursos ao município e superar os obstáculos. Para tanto, foi necessário amparar tecnicamente a estrutura jurídico-administrativa do Município, bem como idealizar uma estrutura iurídica interna independente para permitir que a Companhia viesse a reunir as condições administrativas para entrar em operação definitivamente. Perseguindo o escopo referido, em meados de 2019, a Companhia passou por uma reformulação profunda da sua estrutura de cargos para acelerar e concretizar a Securitização em âmbito municipal, constituindo novos Diretores (DRI e Presidente) e órgão jurídico próprio, especializados na tecnologia financeira que se pretende empreender para, em conjunto com a Secretaria Municipal de Fazenda, acelerar e viabilizar em definitivo o exercício do objeto social da empresa. A reformulação da estrutura interna serviu, portanto, para auxiliar na criação, desenvolvimento e implemento de um novo modelo de Securitização da Dívida Ativa Municipal, que constitui uma modalidade mais atualizada de engenharia e gestão financeira para captação de recursos, chamada de Securitização de 3ª Geração. A Companhia apresenta, em 31/12/2020, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no valor de R\$ 76, prejuízo acumulado no montante de R\$ 6.341 e prejuízo de R\$ 893 no exercício findo nesta data. Os pontos expressos acima indicam que existe incerteza relevante sobre condições e eventos que podem levantar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia, que está diretamente condicionada ao sucesso do plano de negócio estabelecido pela Administração bem como aprovação do início das atividades pelas devidas autoridades. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 10/11/2022. 2. Apresentação das demonstrações contábeis: a) <u>Base de preparação</u>: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), além dos pronunciamentos, das orientações e das interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). b) <u>Julgamento e estimativas contábeis</u>:
As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis que, por sua vez, se basearam em fatores objetivos de acordo com o julgamento da Administração para determi-nação do valor justo a ser registrado. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos e a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. c) <u>Sazonalidade das transações</u>: Considerando as atividades em que a Companhia se envolve, a natureza de suas transações não é cíclica nem sazonal. Consequentemente, não são fornecidas divulgações sobre sazonalidade nessas notas explicativas às demonstrações contábeis. d) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. e) Continuidade: A Administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, exceto pelas informações já mencionadas na Nota 1, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio. f) Valor justo dos instrumentos financeiros custo amortizado: Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo amortizado que ativos e passivos financeiros contabilizados no ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e levando em balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados do mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia. 3. Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações contábeis são: a) <u>Caixa e equivalentes de caixa</u>: Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de valor de mercado e sem penalidades, com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício. b) Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável. c) Apuração do resultado: As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência. d) Ativo circulante: São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidas até a data das demonstrações contábeis e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização. e) <u>Passivo circulante e não circulante</u>: São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data das demonstrações contábeis. f) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda corrente é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no exercício. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores. O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, quando aplicável, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização. g) <u>Ativos e passivos contingentes</u>: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva), como resultado de um evento passado e que seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser mensurada. Á despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso. O reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais ocorrem de acordo com os critérios descritos abaixo: Contingências ativas: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Contingências passivas: são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração da Companhia, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados com perda remota não requerem provisão e divulgação. h) Resultado por ação básico e diluído: É calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de acões do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis. Em 31/12/2020, não existiam instrumentos emitidos pela Companhia com potencial de diluição. i) Instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: <u>Data de reconhecimento</u>: Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Companhia se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado. Reconhecimento inicial de instrumentos fi-nanceiros: A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais eles foram adquiridos e de suas características. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseado no modelo de negócios segundo o qual o ativo financeiro é gerido, além do seu fluxo de caixa contratual. A Companhia pode classificar seus instrumentos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com ou sem reciclagem, ou ao custo amortizado. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido

dos custos das transações, exceto nos casos em que os ativos e passivos fi-

nanceiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Instrumentos

financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos são registrados

<del></del>						
Demonstrações dos resultados em 31/12/2020 e 2019						
(Em milhares de reais)						
Outras despesas operacionais			2020	2019		
Despesas com pessoal (Nota 11)		(741)	(857)			
Despesas tributárias		(20)	(22)			
Despesas gerais e administrativas	(Nota 12	2)	(138)	(443)		
700	2000		(899)	(1.322)		
Resultado líquido com instrumentos financeiros						
mensurados ao valor justo (Nota 5)		6	18			
Resultado antes dos tributos sobre o resultado		(893)	(1.304)			
Prejuízo do exercício			(893)	(1.304)		
		3.109.120	1.991.930			
Prejuízo por ação - básico e diluído	- em R\$ i	mil (Nota 13)	(0,0003)	(0,0007)		
Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/2020 e 2019						
(Em milhares de reais)			2020	2019		
Prejuízo do exercício		(893)	(1.304)			
Total de resultados abrangentes			(893)	(1.304)		
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2020 e 2019						
(Em milhares de reais)	Capital	Capital a	Prejuíz			
	social	integralizar	acumulad	os Total		
Saldos em 01/01/2019	4.176		(4.1			
Aumento de capital	1.089	-		- 1.089		
Prejuízo do exercício	_		(1.3	<u>(04)(1.304)</u>		
Saldos em 31/12/2019	5.265			49) (184)		
Saldos em 01/01/2020	5.265		(5.4			
Aumento de capital (Nota 13.a)	1.000	_		- 1.000		
Prejuízo do exercício	=	-	(8	93) (893)		
Ajuste de exercícios anteriores				1 1		

Saldos em 31/12/2020 (6.341)ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. As variações no valor justo dos derivativos são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em 'Resultado Iíquido com instrumentos financeiros para negociação". *Ativos e* passivos financeiros mantidos para negociação: Ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. As variações no valor justo e receitas ou despesas de juros e dividendos são reconhecidas em "Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação". Estão incluídos nessa classificação: instrumentos de dívida, ações, posições vendidas que tenham sido adquiridos especialmente com a finalidade de negociação de curto prazo. <u>Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado</u>: Ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são aqueles designados, como tais, no reconhecimento inicial A designação de um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resulta-do no reconhecimento inicial se dá somente quando os seguintes critérios são observados e a designação de cada instrumento é determinada individualmente: A designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; ou Os ativos e passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros, ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou O instrumento financeiro possui um (ou mais) derivativo(s) embutido(s), que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato. Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Variações ao valor justo e juros auferidos ou incorridos são registrados em "Resultado líquido com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Investi-<u>mentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:</u> Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem ações, instrumentos de dívida: a) <u>Participações societárias</u>: No reconhecimento inicial, a Companhia pode fazer uma escolha irrevogável por reconhecer em "Outros resultados abrangentes" as variações no valor iusto de participações que não estão mantidas para negociação, nem recebível contingente por parte de um adquirente no caso de uma combinação de negócios, conforme previsto no CPC 15 (R1). Como consequência da opção acima descrita, apenas a remuneração proveniente de dividendos que não representa claramente uma recuperação de parte do custo de investimento é reconhecida no resultado, e qualquer outro ganho ou perda (incluindo aqueles vinculados à variação cambial) é reconhecido nos outros resultados abrangentes. Esses ganhos e perdas permanecem no patrimônio e não podem ser reclassificados para o resultado, mesmo em evento de baixa do ativo. Após a baixa do ativo, a Companhia pode reclassificar o ganho/(perda) acumulado dos outros resultados abrangentes para os lucros ou prejuízos acumulados. b) <u>Instrumentos de dívida</u>: Instrumentos de dívida podem ser classificados como ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se: o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido através do recolhimento de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por paga mentos de principal e juros. Os ganhos ou perdas não realizados são reconhecidos como outros resultados abrangentes. No vencimento do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas não realizados, previamente reconhecidos nos outros resultados abrangentes, são reclassificados no resultado como "Ganho/ (perda) de valor justo por meio de outros resultados abrangentes". Ativos financeiros ao custo amortizado: Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ele apresenta ambas as características abaixo: • Se o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é de manter ativos financeiros para recolher fluxos de caixa contratuais e; • Os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Após a mensuração inicial, os montantes dos ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Mesmo que a Companhia não planeje em vender classificado nessa categoria, pois está esperado que ela mantenha esse até o vencimento para recolher fluxos de caixa contratuais, a Companhia não é obrigada a manter esses instrumentos até o vencimento e um evento de venda pode ocorrer. Passivos financeiros ao consideração qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que passem a constituir parte integrante da taxa de juros efetiva. Reclassificações: Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, exceto no exercício posterior à mudança de modelo de negócio utilizado pela Companhia para administrar seus ativos financeiros Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Conforme o CPC 48, no reconĥecimento inicial de um instrumento de dívida, a Companhia deve realiza as projeções das eventuais perdas esperadas em um exercício de 12 meses e reconhecer estas como provisão, apesar de nenhuma perda efetiva ter se materializado ainda. Essa regra conduz a uma mudança de conceito concomi tante à adoção do CPC 48, que passa a apresentar um modelo de perdas esperadas enquanto um modelo de perdas incorridas era usado no CPC 38. Se Companhia antecipa uma deterioração significativa da qualidade de crédito de suas contrapartes, ela deve reconhecer uma provisão igual ao valor de todas as perdas esperadas na vida do instrumento financeiro, e não somente nos 12 meses subsequentes. *Mensuração*: Perdas esperadas de crédito são estimativas ponderadas por sua probabilidade de acontecimento e são mensuradas conforme a seguir: • Ativos financeiros que não foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com o valor presente de todos os desembolsos de caixa (por exemplo, a diferença entre o fluxo de caixa devido à Entidade de acordo com o contrato e o fluxo de caixa que a Companhia espera receber); • Ativos financeiros foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com a diferença entre custo corrigido bruto e o valor presente do fluxo de caixa futuro; • Compromissos de empréstimos não aportados: de acordo com o valor presente da diferença entre o fluxo de caixa contratual que é devido à Companhia se o compromisso for recebido e o fluxo de caixa que a Companhia espera receber; e . Contratos de garantias financeiras: de acordo com os pagamentos estimados para reembolsar os detentores de títulos/valores que a Companhia espera recuperar. Se um evento de crédito ocorrer, não obstante considerar as perdas esperadas durante a vida inteira do instrumento financeiro, a Companhia deve também reconhecer o rendimento oriundo dos pagamentos de juros sobre o valor carregado, o que significa que a provisão deve ser contabilizada no reconhecimento do pagamento dos juros. As principais evidências da deterioração da qualidade de crédito de uma contraparte são: • A baixa significativa do valor justo de um instrumento financeiro durante um exercício prorrogado; • O não respeito dos termos contratuais por atraso no pagamento de juros ou do principal; • A deterioração na capacidade de pagamento e na performance operacional: • O descumprimento de covenants · A mudança significativa da performance do mercado no qual a contraparte atua; e · A liquidez reduzida do ativo financeiro devido às dificuldades financei ras do tomador. Em caso de perdas devidas à redução ao valor recuperável dos instrumentos de dívida designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, estas são reclassificadas dos outros resultados abrangentes para o resultado, apresentadas nas demonstrações do resultado como "perdas acumuladas por redução ao valor recuperável". Se nos exercícios subsequentes ao reconhecimento da perda o valor justo do ativo se encontra superior ao valor carregado, a perda previamente incorrida será revertida no resultado. A Companhia deve baixar o valor bruto carregado dos seus instrumentos financeiros quando não existe uma expectativa provável de recuperar os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros na sua integralidade ou uma parte deles. Determinação do valor justo: Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir. <u>Nível 1</u>: cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro. <u>Nível 2</u>: cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhan tes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos. Nível 3 modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um *input*, que pudesse ter um efeito significante no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando inputs podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este input é utilizado. Caso contrário, a Companhia determina um nível adequado para a entrada do input. j) Instrumentos financeiros - apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no bainço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e execu tável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 4. Novas normas e interpretações contábeis: A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2020. **5. Ativos financeiros mensurados ao** 

e 2019, o saldo era composto conforme segue Nível -31/12/2020 31/12/2019 Custo Valor de Custo Valor de <u>justo amortizado mercado amortizado mercado</u> Aplicação em cotas de fundos de investimento (i)

valor justo por meio do resultado: Durante os exercícios findos em 31/12/2020

(i) As cotas de fundos de investimentos são precificadas com base nas informa-

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais Fluxo de caixa das atividades operacionais Preiuízo do exercício Resultado do exercício ajustado Variação de ativos e passivos Aumento em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado Redução em impostos a compensar Redução em adiantamento a funcionários Redução em fornecedores (48) 27 82 Redução em obrigações tributárias Redução em obrigações trabalhistas Aumento em outras obrigações (1.000) (1.089)Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais Fluxo de caixa das atividades de financiamento Aumento de capital (Nota 13.a) 1.000 Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento Demonstrações dos valores adicionados em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais) Insumos adquiridos de terceiros Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (Nota 12) Valor adicionado bruto Valor adicionado líquido produzido pela Entidade

CNPJ 22.983.283/0001-71

31/12/2020 31/12/2019

138

443

Valor adicionado recebido em transferência (Nota 5) Resultado financeiro Valor adicionado total a distribuir Distribuição do valor adicionado essoal e encargos (Nota 11) mpostos, taxas e contribuições Preiuízo do exercício (1.304)

ções de valor de cota divulgado pelos administradores dos fundos de investimento. Os fundos são administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Resultado líquido com instrumentos financeiros	
para negociação	<u>     6     18                          </u>
Total	618
6. Impostos a compensar: Em 31/12/2020 e 201 conforme segue:	9, o saldo era composto
	31/12/2020 31/12/2019
IRPJ a recuperar	89
Total	89
7. Fornecedores: Em 31/12/2020 e 2019, o saldo era o	composto conforme segue:
	31/12/2020 31/12/2019
Serviços prestados por terceiros	
8. Obrigações tributárias: Em 31/12/2020 e 201	9, o saldo era composto

conforme seque: IRRF sobre salários a recolher 9. Obrigações trabalhistas: Em 31/12/2020 e 2019, o saldo era composto

31/12/2020 38 31/12/2019 57 Salários a pagar 40 INSS a pagar 34 10 FGTS a paga ovisões trabalhistas 141 10. Outras obrigações: Em 31/12/2020 e 2019, o saldo era composto conforme segue 31/12/2020 31/12/2019

Caucão de contratos 11. Despesas com pessoal: Nos exercícios findos em 31/12/2020 e 2019, o saldo referente ao resultado era composto conforme 31/12/2020 31/12/2019 510 549 Salários (Nota 14.b)

121 66 7 144 76 INSS FGTS 13º salário 26 Gratificações 21 **741** 12. Despesas gerais e administrativas: Nos exercícios findos em 31/12/2020

tal

!. Despesas gerais e administrativas: Nos exercicios inicios onicos de la 2019, o saldo referente ao resultado era composto conforme segue:

| 31/12/2020 | 31/12/2019 | 160 Assessoria jurídica 61 Auditoria e assessoria contábil 211 63 11 Anúncios e publicações 48 19 Juros multas e encárgos Legais e societárias

13. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 14/01/2016, o acionista da Companhia integralizou o capital social no valor de R\$ 1.000 subscrito em 2015. Em 20/04/2016, foi transferida 1 ação de emissão da Companhia detida pelo Município do Rio de Janeiro para a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S/A - CDURP. Em 13/09/2016, através de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração, na presença dos acionistas da Companhia, aprovaram o aumento do capital social da Companhia mediante a emissão de 3.500 ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal, no montante de R\$ 998. Em 16/03/2017, através de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração os membros do Conselho de Administração, na presença dos acionistas da mediante a emissão de 60 500 ações ordinárias nominativas sem valor nominal e este foi integralizado em 30/03/2017. Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 22/12/2017, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 1.089 mediante a emissão de 1.089.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O aporte será integralizado na seguinte forma: (i) R\$ 500 no prazo de até 30 dias, que ocorreu no dia 15/01/2018; e (ii) R\$ 589 até o final do exercício social pelo Município do Rio de Janeiro, principal acionista da Companhia. Durante o exercício findo em 31/12/2018 foi integralizado o montante de R\$ 1.089. Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 08/02/2019, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 784 mediante a emissão de 783.600 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, integralizado em 28/02/2019. Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 19/07/2019, foi deliberado e aprovado o auento de capital social da Companhia no valor de R\$ 305 mediante a emissão de 305.400 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, integralizado em 13/11/2019. Ém Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 14/01/2020 foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 1.000 mediante a emissão de 1.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, integralizado em 18/02/2020. Em 31/12/2020, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 6.265 e está representado por 3.243.000 acões ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Conforme o Estatuto Social da Companhia, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 10.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e colocação dos referidos valores mobiliários, observado o direito de preferência de todos os acionistas. É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais. Cada ação ordinária confere direito a um voto nas assembleias gerais. b) <u>Reserva de lucros</u>: A reserva legal será constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. c) <u>Dividendos</u>: O Conselho de Administração está autorizado (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; e (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais. Caberá à Assembleia Geral, constituídas as reservas legais e as reservas estatutárias, se houver, deliberar sobre a destinação dos lucros sendo, contudo, obrigatória a distribuição anual de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), ressalvada a hipótese prevista no §4º desse mesmo artigo. d) Resultado por ação: O cálculo do resultado básico por ação é feito através da dívisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O resultado por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído

31/12/2019 31/12/2020 3.243.000 3.243.000 2.243.000 Total de ações Movimentação na quantidade de ações Quantidade inicial 31/12/2016 60.500 Aumento de capital 16/03/2017 22/12/2017 1.089.000 Aumento de capital 08/02/2019 783.600 Aumento de capital Aumento de capital 19/07/2019 305.400 1.000.000 Aumento de capital

aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais conversíveis e sobre títulos conversíveis.

em ambos os casos líquido de impostos) pela quantidade média ponderada de

ações ordinárias disponíveis durante o exercício, conforme informações abaixo

Média ponderada do número de ações ordinárias Quantidade de N Número Média ponderada de dias 366 ações ordinárias de ações 2.243.000 1/12/2019 1.000.000 **3.243.000** 317 866.120 3.109.120 18/02/2020 31/12/2020 Prejuízo do exercício Média ponderada Prejuízo findo em 31/12/2020 de ações ordinárias por ação 31/12/2020 (893)3.109.120 (0,0003)Prejuízo do exercício Média ponderada Prejuízo findo em 31/12/2019 (1.304) de ações ordinárias 1.991.930 por ação (0,0007) 31/12/2019

14. Partes relacionadas: a) <u>Controlador</u>: O acionista controlador da Companhia é o Município do Rio de Janeiro com 3.242.999 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. b) <u>Administradores</u>: A Administração da Companhia é feita pelos membros da Diretoria e Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração terão remuneração que será fixada na Assembleia Geral na forma do Estatuto de legislação aplicável. O Decreto Rio nº 43509, de 07/08/2017, limitou a retribuição pecuniária mensal dos membros do Conselho Administrativo e fiscais no âmbito da Administração Pública Municipal do Rio de

## Caderno Publicações Digitais Diário do Acionista, 08 de fevereiro de 2023.

## COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

remuneração baseada em ações. Os Administradores da Companhia recebe

ram remuneração no valor de R\$ 510 durante o exercício findo em 31/12/2020

fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julga-

mento da Administração leva em consideração a opinião de seus advogados

e não é parte em processos envolvendo questões fiscais, cíveis e trabalhistas.

Instrumentos financeiros derivativos: Durante os exercícios findos em

financeiros derivativos. 17. Gerenciamento do risco: Os passivos financeiros

da Companhia referem-se a contas a pagar a fornecedores. A Companhia possui ativos financeiros, aplicações em cotas de fundos de investimento, efetuadas

Janeiro, a R\$ 2.000,00 e R\$ 1.000,00, respectivamente. Nenhum dos membros prejuízo financeiro. Em 31/12/2020, a exposição de ativos financeiros estava da Administração recebe qualquer benefício de curto ou de longo prazo ou concentrada no Brasil, no setor bancário. Em 31/12/2020, a Companhia não possui ativos financeiros vencidos ou sem perspectiva de recuperação. Risco de liquidez: O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade (R\$ 549 no exercício findo em 31/12/2019). 15. Contingências: A Administração dos recursos e a flexibilidade através de aplicações em ativos financeiros de avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos disponibilidade imediata. A tabela abaixo resume a expectativa de fluxo de caixa contra a Companhia e constitui provisão, sempre que julgue necessário, para para os ativos financeiros mantidos do balanco: 31/12/2020 Até 360 dias Acima de 360 dias Total internos e externos com relação à expectativa de êxito em cada processo. Em Ativos financeiros mensurados ao valor 31/12/2020, a Companhia não tem contabilizados ativos e passivos contingentes iusto por meio do resultado (Nota 5) 31/12/2019 31/12/2020 e 2019, a Companhia não efetuou operações com instrumentos Até 360 dias Acima de 360 dias Total

Ativos financeiros mensurados ao valor

justo por mejo do resultado (Nota 5)

A tabela abaixo apresenta análise do fluxo de caixa para os passivos financeiros na data do balanço: 31/12/2020 Até 360 dias Acima de 360 dias Total Obrigações trabalhistas (Nota 9) Fornecedores (Nota 7) Obrigações tributárias (Nota 8) 27 27

com os recursos oriundos do aporte de capital. O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos abaixo. <u>Risco de mercado</u>: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preco. Risco de crédito: O risco Outras obrigações (Nota 10) de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação 99 4 103 prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis: Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Carioca de Securitização ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Carioca de Securitização, em 31/12/2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício

findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em confor-

midade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das

demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos rele-

vantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Fe-

deral de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acredita-

mos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza** relevante relacionada com a continuidade operacional: A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo,

patrimônio líquido negativo e prejuízos operacionais recorrentes. Pelos fatos mencionados, a Companhia poderá de

pender de suporte financeiro do acionista e/ou da captação de recursos junto a terceiros. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações da Companhia, e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a empre-

sas em regime normal de operações. O equilíbrio financeiro depende do sucesso das operações futuras da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa audi-

toria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis

como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com

a continuidade operacional", determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo

quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações

contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de

auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa ava-

liação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre

as demonstrações contábeis da Companhia. **Despesas com pessoal**: A Companhia apresentou despesas com pessoal no montante de R\$ 741 mil, durante o exercício findo em 31/12/2020. Devido à situação pré-operacional da Companhia, pelo impacto direto no seu resultado operacional e devido à materialidade no contexto das demonstrações

contábeis, a despesa com pessoal é considerada uma das principais áreas de foco em nossa auditoria. Como nossa

auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o: (i) entendimento do processo de folha de pagamento; (ii) análise da folha de pagamento em base amostral para o exercício; (iii) recálculo

dos impostos que incidem sobre os salários dos funcionários e administradores, e (iv) a valorização dos benefícios dos

funcionários e administradores, reconhecidos durante o exercício findo em 31/12/2020. Adicionalmente. avaliamos a

adequação das divulgações sobre o assunto incluídas na nota explicativa nº 11. Baseados no resultado dos procedi-

mentos de auditoria efetuados sobre a rubrica de despesa com pessoal, que está consistente com a avaliação da

administração, consideramos que as políticas e critérios adotados pela administração no reconhecimento das despesas com pessoal, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos: De**-

monstrações do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em

31/12/2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de

nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis,

conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Téc-nico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi

adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento

Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Auditoria dos valores

Parecer conselho de administração: O Conselho de Administração da Companhia Companhia Carioca de Securiti-

zação, no exercício das suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes

documentos: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

e Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Relatório da Auditoria Indepen-

dente datado de 10/11/2022 e Parecer do Conselho Fiscal. O citado Conselho opina favoravelmente pela aprovação

dos referidos documentos, dentro dos termos do parecer do Conselho Fiscal datado de 12/01/2023, sendo que a

Até 360 dias Acima de 360 dias Total Obrigações trabalhistas (Nota 9) 141 141 49 49 Fornecedores (Nota 7) Obrigações tributárias (Nota 8) 42 42 Outras obrigações (Nota 10) 232 11 243 18. Cobertura de seguros (Não auditado): A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos. Os montantes contratados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do País, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o

CNPJ 22.983.283/0001-71

31/12/2019

grau de risco envolvido. O escopo de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, o qual foi determinado pela administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. 19. Eventos subseguentes: Até a data da autorização para a emissão dessas demonstrações contábeis, não há evidência de ocorrência de eventos subsequentes relevantes, que venham a ter efeito sobre essas demonstrações.

Álvaro Luis Pereira Botelho - Diretor Presidente André Luiz Carneiro de Vasconcellos - Diretor Financeiro e Administrativo Contador: Renato Vieira Pita - Reg. no CRC - SP sob o nº 1SP215876/O-8 "S" - RJ

correspondentes ao exercício anterior: O exame das demonstrações contábeis relativo ao exercício findo em 31/12/2019 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado em 27/03/2020, sem ressalvas, porém, com Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito deste assunto. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor** <mark>pela auditoria das demonstrações contábeis:</mark> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demons trações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planeiamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadeguadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2022.

18

REIS Consultoria & Auditoria Auditores Independentes - CRC/RJ 3055 Jeronimo dos Reis Pacheco - Contador - CRC/RJ 057227/O-7

administração da Companhia esclareceu inexistir quaisquer ressalvas seja nos relatórios de Auditoria, seja nas atas do Conselho Fiscal, com relação ao exercício base 2020. Submete, pórtanto, às demonstrações financeiras para apreciação e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia Companhia Carioca de Securitização. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2023

Cleonis Rodrigues de Souza Filho - Presidente do Conselho Waldemar Paulo M. Silva - Conselheiro. Luiz Orione Souza Nunes - Conselheiro

referidos documentos a serem submetidos à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos Acionistas da Companhia Carioca de Securitização.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2023 Márcio Martins Loureiro - Conselheiro. Marcelo Ferreira de Oliveira - Conselheiro Marcelo Raposo Ladeira - Conselheiro

Parecer conselho fiscal: O Conselho Fiscal da Companhia Carioca de Securitização, no exercício das suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório anual de Administração, as Demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020. Com base nos exames efetuados, no Relatório da Auditoria Independente emitido em 10/11/2022, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, consoante as respectivas Atas do Conselho Fiscal, opina favoravelmente à aprovação dos